



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

TIAGO SOUTO BEZERRA

**O EFEITO DO CAPITAL CULTURAL FAMILIAR NO DESEMPENHO
ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE NATAL**

NATAL/RN

2011

TIAGO SOUTO BEZERRA

**O EFEITO DO CAPITAL CULTURAL FAMILIAR NO DESEMPENHO
ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE NATAL**

Monografia de Graduação apresentada
ao Departamento de Ciências Sociais
da Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, como requisito para a
conclusão do Curso de Graduação em
Ciências Sociais Licenciatura Plena.

Orientador: Prof Dr Moisés Alberto Calle Aguirre

NATAL/RN

2011

TIAGO SOUTO BEZERRA

**O EFEITO DO CAPITAL CULTURAL FAMILIAR NO DESEMPENHO
ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REGIÃO
METROPOLITANA DE NATAL**

Aprovada em : ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moisés Alberto Calle Aguirre
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador

Prof^a. Dr Maria do Livramento Miranda Clementino
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora

Prof. Dr Soraia Maria do Socorro Carlos Vidal
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e a minha família, principalmente a minha mãe, que sempre me apoiou nas horas das dificuldades da vida.

Este trabalho foi desenvolvido no marco do Projeto O habitus de estudar: construtor de uma nova realidade na educação básica da região metropolitana de natal, com apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES junto ao Programa do Observatório da Educação.

Ao meu orientador Moisés Alberto Calle Aguirre que sempre se demonstrou como um grande educador e sem o qual esse trabalho não seria possível. Tanto pela credibilidade em mim depositada, bem como a todas as orientações para a execução deste trabalho.

Agradeço também ao professor Flávio Henrique Miranda de Araújo Freire que também foi um grande incentivador e orientador acadêmico o qual coordenou as pesquisas sobre criminalidade violenta na Região Metropolitana de Natal, o que oportunizou ao desenvolvimento de minhas habilidades teóricas e metodológicas.

Agradeço também ao professor Edmilson que me acompanhou durante praticamente toda a graduação em sua tutoria no PET de Ciências Sociais, bem como aos integrantes do PET os quais mantive diálogos frutíferos.

Ao meu amigo Duarte que sempre esteve presente nos momentos tanto de alegria como de angústia, incentivando sempre a minha carreira acadêmica.

Por fim a todos os integrantes do NAPP, sobretudo a professora Maria do Livramento Miranda Clementino que coordena o núcleo e proporciona aos estudantes a oportunidade de utilizar uma excelente infraestrutura para pesquisas acadêmicas além de um acentuado espírito de liderança.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo compreender como o rendimento escolar pode ser influenciado pelo capital cultural familiar dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental dos Municípios da região Metropolitana de Natal. Em primeiro lugar o trabalho procura contextualizar o processo de construção do sistema de educação pública no Brasil e continua apresentando uma breve caracterização da Região Metropolitana de Natal com alguns indicadores socioeconômicos intrametropolitano. Em seguida apresenta os aspectos teóricos, que fundamentado no conceito de Capital Cultural de Pierre Bourdieu busca operacionalizar este conceito com dados empíricos. Para isso foram utilizados dados oficiais do sistema de avaliação da educação básica do Ministério da Educação, Prova Brasil 2007, os quais permitiram a criação de um banco de dados com as características culturais das famílias dos alunos relacionado estes atributos aos desempenhos dos discentes em Provas de Língua Portuguesa e Matemática. Os principais resultados estariam indicando que quanto maior o nível do Capital Cultural Familiar maior foi o desempenho médio registrado, identificando-se uma possível relação entre essas variáveis e o desempenho escolar.

Palavras-chave: Capital Cultural. Educação Básica. Desempenho escolar. Região Metropolitana de Natal.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – População urbana e rural do Brasil, 1960 – 2000.....	17
Mapa 1: Mancha Urbana da Região Metropolitana de Natal – 2006.....	18
Tabela 1: População total, segundo ano censitário e taxa de crescimento geométrico, Região Metropolitana de Natal - 1991 – 2010	19
Tabela 2: População com 15 anos ou mais que não sabem ler, Região Metropolitana de Natal – 2000	22
Quadro 1: Variáveis selecionadas para análise	32
Quadro 2: Variáveis correspondentes ao Capital Cultural no Estado Incorporado	33
Quadro 3: Capital Cultural no Estado Incorporado por nível	34
Quadro 4: Variáveis referentes ao Capital Cultural no Estado Objetivado	35
Quadro 5: Capital Cultural no Estado Objetiva por nível	35
Quadro 6: Variáveis referentes ao Capital Cultural no Estado Institucionalizado materno	36
Quadro 7: Capital Cultural no Estado Institucionalizado materno por nível.....	36
Quadro 8: Variáveis correspondentes ao Capital Cultural no Estado Institucionalizado paterno.....	37
Quadro 9: Capital Cultural no Estado Institucionalizado paterno por nível.....	37
Quadro 10 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível de Capital Cultural no estado incorporado (%) da RMNatal - 2007 ...	40
Quadro 11 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível do Capital Cultural na forma objetivada (%) da RMNatal - 2007	41
Quadro 12 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível do Capital Cultural no estado institucionalizado da mãe (%) RMNatal - 2007	43
Quadro 13 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível do Capital Cultural no estado institucionalizado da mãe (%) RMNatal - 2007	44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	11
1.1 O Manifesto dos Pioneiros da Educação	11
1.2 Construção e Consolidação da Lei de Diretrizes e Bases.....	12
1.3 Estado Militar e educação autoritária	13
1.4 A educação após a Constituição de 1988	14
2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	17
2.1 A formação da Região Metropolitana de Natal.....	17
2.2 Alguns indicadores intrametropolitanos.....	19
3 ASPECTOS TEÓRICOS	23
3.1 Socialização e educação.....	23
3.2 Capital Cultural Familiar	25
3.3 Herança Cultural e desempenho escolar	27
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
4.1 Considerações gerais.....	29
4.2 Fonte de dados	29
4.3 Montagem do banco de dados	30
4.4 Operacionalização das dimensões do Capital Cultural Familiar	33
5 RESULTADOS	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	48
ANEXOS	49

INTRODUÇÃO

O sistema de ensino brasileiro vivenciou nos últimos 30 anos uma acelerada expansão no número de matrículas em todos os níveis de ensino, sobretudo no ensino fundamental. Esta evolução nas matrículas acompanhou a rápida urbanização do país que deu o tom no aumento da demanda escolar. Apesar desta ampliação persistem desigualdades regionais e a qualidade do ensino ainda representa um desafio, que é acentuado pelos baixos desempenhos dos alunos.

Neste sentido o presente trabalho propõe compreender de que maneira o rendimento escolar dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental é influenciado pelo Capital Cultural Familiar, nos Municípios da região Metropolitana de Natal, na medida em que se pode pensar a educação enquanto um metódico processo de socialização de uma geração sobre a outra.

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, pelo meio especial a que à criança, particularmente, se destine. (DURKHEIM, 1965, p.41).

A elaboração desta problemática acerca dos resultados escolares procura demonstrar que o “sucesso escolar”, resulta muitas vezes, de privilégios e diferenças econômicas e culturais reservadas a uma parte da população do país, e não de incapacidades naturais e congênitas, trata-se antes de um processo de distribuição de oportunidades desigual que intervém nos critérios de seleção escolar ao longo das etapas do sistema de ensino.

Pensar os “insucessos escolares” como resultado da *possível distância* entre as normas culturais e ideológicas das famílias dos alunos e as da Escola, que está inscrita dentro de um Sistema de Ensino, que devido a sua lógica interna, reproduz as desigualdades da *forma social* do qual tal sistema faz parte (Bourdieu, 2009), é conceber o sistema de ensino e por consequência, o “sucesso escolar” como resultado de uma multiplicidade de fontes de formação e não somente como a incorporação de competências e habilidades realizadas pelo trabalho pedagógico.

Para o desenvolvimento desta reflexão o presente trabalho se divide basicamente em cinco partes: o primeiro capítulo *Breve histórico da educação no Brasil* procura apresentar os momentos centrais da história da educação brasileira enfatizando o papel do manifesto dos Pioneiros da Educação que no início do século XX lançaram as bases para construção e consolidação da Lei de Diretrizes e Bases que garantiu os elementos para definição de um sistema de ensino nacional e público. Em seguida aponta para como o Estado Militar resultou em um período de educação autoritária em contraste com a educação após a Constituição de 1988 que inclui a educação entre os direitos fundamentais do cidadão.

O segundo capítulo *Caracterização da Região Metropolitana de Natal* apresenta alguns elementos do processo de urbanização da sociedade brasileira que desencadeou a formação das grandes cidades e dos enormes aglomerados urbanos as quais constituíram as regiões metropolitanas. Neste sentido o capítulo apresenta alguns elementos da formação da Região Metropolitana de Natal além de alguns indicadores intrametropolitanos correspondentes a dinâmica entre os municípios adjacentes ao município polo que é Natal.

O terceiro capítulo *Aspectos teóricos* apresenta o referencial teórico e os principais conceitos sociológicos utilizados no trabalho. Em primeiro lugar aborda os elementos e os processos de socialização e seus desdobramentos frente à educação escolar. Em seguida apresenta o conceito de Capital Cultural da família dos alunos enquanto elemento de interação com o desempenho

escolar destes, ressaltando as dimensões do conceito. E por fim elenca algumas considerações quanto à herança cultural dos alunos e seu desempenho escolar.

O quarto capítulo *Procedimentos metodológicos* elenca as etapas metodológica para realização da pesquisa. Informa a fonte de dados utilizada, que foi a Prova Brasil 2007, detalha os procedimentos de montagem e construção do banco de dados a partir dos microdados da Prova Brasil, o processo de filtragem dos dados bem como as características das variáveis selecionadas para análise e por fim apresenta a operacionalização das dimensões do Capital Cultural Familiar que proporcionou a execução da pesquisa referente ao desempenho escolar dos alunos do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas da Região Metropolitana de Natal.

O quinto capítulo *Resultados* expõe em detalhes os resultados da pesquisa quanto a possível relação entre as dimensões do Capital Cultural Familiar e os desempenhos escolares distribuídos por nível de cada dimensão do Capital Cultural Familiar dos alunos.

Por último, são realizadas considerações finais sobre como o Capital Cultural Familiar estaria influenciando o desempenho dos alunos do 9º ano do ensino fundamental das escolas públicas da Região Metropolitana de Natal.

2. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

2.1. O Manifesto dos Pioneiros da Educação

A análise do sistema de ensino deve ser entendida como resultado de processos históricos, sociais e políticos, onde são definidas tanto a estrutura educacional bem como as dinâmicas que as instituições escolares mantêm com a sociedade.

Neste sentido um dos marcos importante da história da educação no Brasil diz respeito ao ideário dos pioneiros da escola nova, que em 1932 lançaram o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*. No manifesto constavam os anseios dos educadores por uma educação igualitária procurando denunciar o papel da escola na discriminação social.

Tal manifesto tinha a intenção de romper com os parâmetros educacionais do sistema colonial brasileiro, que era exclusiva das camadas superiores brancas, que através do sistema de ensino privado e baseado em um sistema moral cristão, realizada por padres Jesuítas, garantiam o privilégio de obter uma escolarização de seus filhos.

Pois até então a educação formal ainda era pautada pelos parâmetros dos letrados da colônia, os padres jesuítas, que no período colonial, formavam os filhos da elite agrária para vocação religiosa ou os preparando para completar suas formações na Europa, acessível exclusivamente para estes.

“As condições objetivas que, portanto favoreceram essa ação educativa foram, de um lado, a organização social e, de outro, o *conteúdo cultural* que foi transportado para a Colônia, através da formação mesma de padres da Companhia de Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de

terras e senhores de engenho sobre uma massa de agregados e escravos. Apenas àqueles cabia o direito à educação” (ROMANELLI, 1986, p.33)

Na intenção, portanto de romper com essa herança colonial os educadores da chamada escola nova lançaram as bases ideológicas para formação do sistema de ensino nacional, que defendiam a escola pública, laica, obrigatória e gratuita para todas as crianças e jovens, sem distinção, dos 4 aos 14 anos. Tais anseios propunham a criação das bases de uma sociedade moderna, que rompesse com a “velha estrutura” tradicional do sistema de ensino.

2.2. Construção e Consolidação da Lei de Diretrizes e Bases

O manifesto teve como efeito em 1948 na construção do projeto de lei que definiu as diretrizes e bases da educação, que na época teve vários opositores que se sentiam ameaçados com os conteúdos do projeto.

“O anteprojeto de lei de diretrizes e bases (LDB) da educação nacional [...] foi atacado por três grupos principais. Primeiro, pelos defensores da política educacional estadonovista, cujo centralismo e rigidez o anteprojeto dissolvia. Segundo, pela hierarquia da Igreja Católica empenhada no Brasil, como em outros países, em defender a ‘liberdade de ensino’ como meio de ganhar ou, pelo menos, não perder influência no mundo pós-guerra. Terceiro, finalmente, pelos proprietários de estabelecimentos particulares de ensino, ameaçados pelo dispositivo do anteprojeto de LDB que destinava recursos governamentais exclusivamente para a manutenção e a expansão da rede escolar pública.” (CUNHA, BIB 11. 1981, p.7)

Após treze anos de embate político a Lei 4.024/1961 que definia as diretrizes e bases da educação foi aprovada. Garantindo grosso modo um curso primário, seguido do ensino médio e por sua vez, os anos secundário, Normal e técnico.

O Brasil na década de 1960 apresentava registro de analfabetismo daqueles com idade escolar, ou seja, pessoas com 15 anos ou mais, correspondente a 39,5%¹, em uma sociedade que se urbanizava e estava iniciando seu desenvolvimento industrial, que necessitava de mão de obra para trabalhar nas indústrias.

Neste momento o Brasil definia seu sistema de ensino que garantia os mecanismos elementares da leitura e escrita, como técnicas básicas capazes de assegurar para população uma posição no sistema de produção capitalista.

2.3. Estado Militar e educação autoritária

Após esse período de consolidação do sistema de ensino, o Brasil vivenciou uma ditadura militar que teve efeitos diretos em tal sistema de ensino.

A intervenção dos militares na política provocou fortes impactos na política educacional. Uma postura antidemocrática e autoritária dava o rumo do regime militar. Eram os porta-vozes da ordem e do progresso rumo ao desenvolvimento capitalista do país.

O autoritarismo do governo militar fez calar os vários atores sociais que estavam em oposição ao regime: sindicatos, movimentos urbanos e rurais de base, movimento estudantil, parlamentares, além dos próprios estudantes, professores e gestores escolares.

Universidades foram invadidas e interventores militares foram postos como reitores de várias universidades. Qualquer ação ou mobilização política com foco em reivindicações populares eram encaradas como subversivas.

¹ Fonte: Lourenço Filho. Evolução da taxa de analfabetismo de 1900 a 1960. Fundação IBGE, Brasil: série estatística retrospectiva, 1970. Citado por Romanelli, 1986, p.62.

Foi realizada uma reforma no sistema de ensino que começou pelo topo e não pela base, ou seja, no ensino superior que foi o ponto de partida da intervenção militar na educação brasileira, com ênfase no discurso burocrático e tecnicista

Durante a reforma foram constituídas comissões com a presença de assessores e técnicos norte americanos da United States Agency for International Development (USAID) que tinha como diretriz a implantação de uma administração empresarial, além do estímulo a criação de universidades privadas com ajuda financeira do governo.

Além deste foco nas universidades o ensino primário e médio foram alvo de mudanças que tinham como intuito uma formação orientada para o trabalho e pela obrigatoriedade da formação profissionalizante.

Não se trata do trabalho como princípio educativo, mas da preparação de mão-de-obra para o mercado, ou seja, trata-se de um adestramento, minimizando a capacidade de pensar, pois não havia lugar para a cultura humanística e para a cidadania, embora o regime ditatorial fizesse constantes declarações de amor à democracia. (GERMANO, 2008, p.328)

Vale ressaltar que na segunda metade da década de 1970, surgem novos atores na sociedade civil de contestação ao autoritarismo do regime militar, como movimentos urbanos e rurais além de um forte sindicalismo que amplia as forças de oposição ao regime.

2.4. A educação após a Constituição de 1988

Os movimentos de contestação ganharam amplitude que proporcionaram o fim da Ditadura militar. E foi iniciado um novo período da história do Brasil, através de um processo de democratização de suas instituições pautadas, sobretudo na nova constituição em 1988, que condensou

e consolidou as demandas e pautas de vários atores que lutaram contra o regime militar.

Durante o processo de elaboração da nova Constituição, em todos os setores, houve debates, pressões, movimentos populares, movimentos de bastidores das elites e grupos corporativos etc., para verem seus interesses defendidos na Carta Magna. O campo da educação também foi arena de disputa desses interesses variados. GHIRALDELLI, História da educação brasileira. 2006, p.169)

A educação veio figurar dentro da constituição junto a outros direitos sociais como saúde, trabalho, lazer, previdência social, proteção à maternidade. Trazendo um capítulo específico destinado à educação e a cultura que é o capítulo III – Educação, Cultura e do desporto sendo a primeira seção destinada à educação.

Esta constituição determinou a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1996 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que entre outras coisas regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (Fundef).

A Constituição de 1988 definiu a educação como sendo um direito de todos e dever do Estado e da família. Constando desta forma de uma responsabilidade compartilhada entre o poder público e as famílias. Sendo na esfera do Estado repartido pelas diferentes instâncias governamentais (a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios) cabendo aos pais à responsabilidade de matricular os filhos no sistema de ensino, a partir dos sete anos de idade.

Tal divisão entre os entes federativos correspondeu à gestão dos níveis de educação e ensino, sendo incumbências da União organizar, manter e desenvolver o sistema federal de ensino, coordenar a política nacional de educação, normatizar os cursos de graduação e pós-graduação, estabelecer e

definir as diretrizes curriculares para a educação infantil, o ensino fundamental e médio, além de assegurar processos nacionais de avaliação do rendimento escolar dos alunos.

Em relação aos Estados ficou a responsabilidade de oferecer como prioridade o ensino médio, além de elaborar e executar políticas e planos educacionais em consonância com os planos nacionais.

Para os municípios ficou a administração da educação infantil, com prioridade para o ensino fundamental, de acordo com as políticas e planos educacionais da União e dos Estados.

A partir deste marco legal através da Constituição Federal 1988 o Brasil vivenciou uma significativa evolução quantitativa da escolarização efetiva da população, marcada, sobretudo pela descentralização administrativa e dos recursos federais para os demais níveis de governo.

Em 1975, as matrículas no ensino fundamental atingiam nada menos do que dezenove milhões de alunos, que passaram a ser trinta e quatro milhões em 1997; o índice de crescimento no período foi de 75%. (CASTRO e DAVANZO, Situação da educação básica no Brasil 1999, p.69)

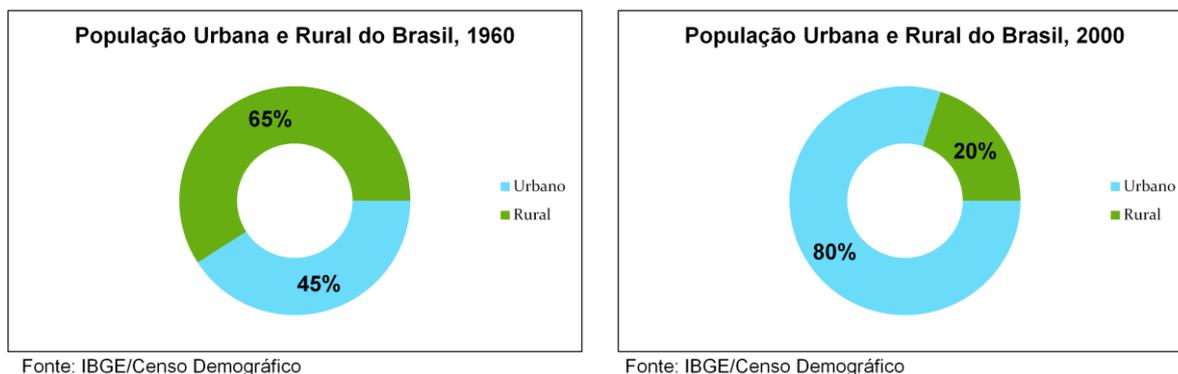
Tal quadro evolutivo apresenta um importante salto capaz de ampliar a escolarização da população, no entanto, o avanço qualitativo ainda se faz necessário, pois a nova legislação por si, não garante que um país de condições continentais seja capaz de atender as necessidades regionais da educação.

3. CARACATERIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

3.1. A formação da Região Metropolitana de Natal

O Brasil vivenciou em 40 anos um processo de inversão da ocupação populacional no território. Até 1960 a maioria da população nacional residia em zonas rurais, no ano 2000 o Censo Demográfico contabilizou apenas 20% da população residindo no campo.

Gráfico 1 – População urbana e rural do Brasil, 1960 – 2000.



Tal reconfiguração da população no território constituiu de diversas formas grandes aglomerados urbanos para além dos limites de cada cidade, desta forma a efetiva conurbação entre as cidades, ou seja, o desenvolvimento de uma ao lado da outra, formou conjuntos urbanos.

Em 1973 foi estabelecida uma Lei Complementar Federal nº 14 que definiu tais territórios como metropolitanos². Esta lei estabeleceu diretrizes para o planejamento e execução integrada dos serviços comuns às cidades de cada região metropolitana do país, devido à alta densidade demográfica destas regiões.

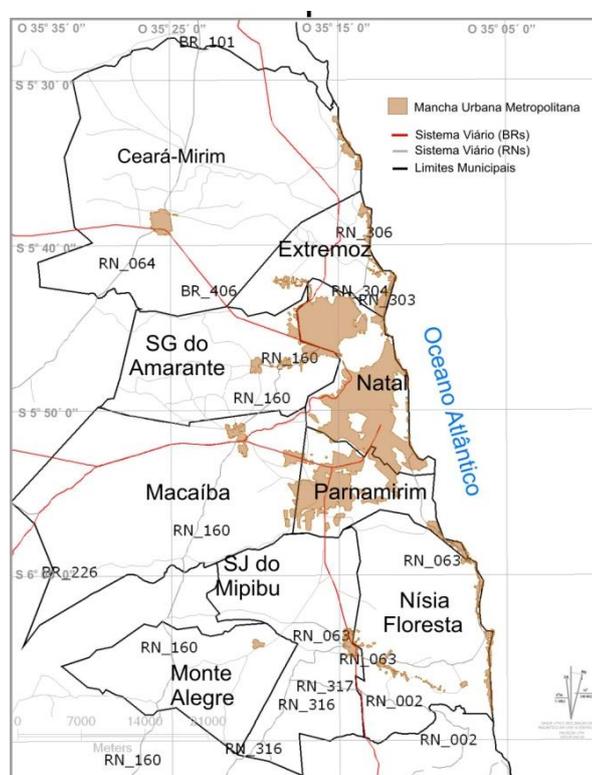
² Com essa Lei foram definidas as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. (Ver anexo 1).

Datando da LCF nº 14 o Nordeste tinha três regiões metropolitanas: Fortaleza, Recife e Salvador, sendo 24 anos depois definida a de Natal.

“A Região Metropolitana de Natal (RMN) é muito recente; com pouco mais de 1 milhão de habitantes e 2,5 mil km², foi criada formalmente em 1997. É formada por oito municípios: Natal, Paramirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, Extremoz, Ceará Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibú.” (CLEMENTINO e SOUZA, 2009, p.2).

A Região Metropolitana de Natal foi constituída por meio da Lei Estadual complementar número 152, de 16 de janeiro de 1997. O atual território tem uma superfície de 2,5 mil quilômetros quadrados, localizada ao oeste do Oceano Atlântico. Seu território corresponde a 5,2% do estado do Rio Grande do norte e em 2010 o Censo Demográfico contabilizou 42,5% da população do Estado residindo na região metropolitana.

Mapa 1: Mancha Urbana da Região Metropolitana de Natal – 2006.



Fonte: Observatório das metrópoles núcleo RMNatal.

3.2. Alguns indicadores intrametropolitanos

A Região Metropolitana de Natal é constituída atualmente por 10 municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba e Extremoz. No ano de 2002 foram incluídos os municípios de Nísia Floresta e São José do Mipibu (Lei Estadual Complementar nº 221) em seguida o município de Monte Alegre (Lei Estadual Complementar 315 de 2005) e em 2009 o município de Vera Cruz³ também foi incluído através da lei Estadual complementar 391). A região como um todo teve uma taxa de crescimento de 4,25% correspondente ao período entre 1991 e 2010.

Tabela 1: População total, segundo ano censitário e taxa de crescimento geométrico, Região Metropolitana de Natal - 1991 – 2010

Municípios - RM-Natal	1991	2000	2010	Taxa Cres. 1991 - 2010
Ceará-Mirim - RN	52.157	62.424	68.141	2,04
Parnamirim - RN	63.312	124.690	202.459	7,90
Extremoz - RN	14.941	19.572	24.569	3,07
Monte Alegre - RN	15.871	18.878	20.685	2,68
Macaíba - RN	43.450	54.883	69.467	2,65
Natal - RN	606.887	712.317	803.739	1,81
Nísia Floresta - RN	13.934	19.040	23.784	3,56
São Gonçalo do Amarante - RN	45.461	69.435	87.668	4,86
São José de Mipibu - RN	28.151	34.912	39.776	2,44
RM de Natal	884.164	1.116.151	1.340.288	4,25

Fonte: IGBE/Censo Demográfico.

A Região Metropolitana de Natal apresenta uma dinâmica interna muito diversificada no que concerne aos municípios metropolitanos. Sua formalização através dos dispositivos legislativos não corresponde a uma integração consolidada entre os municípios metropolitanos.

³ Pelo fato do município de Vera Cruz ter sido incluído recentemente no território metropolitano de Natal este ficará fora das análises deste trabalho.

Os indicadores do nível de integração⁴ entre os municípios com a cidade polo que é Natal se dividem quatro níveis: baixa integração, média, alta e muito alta.

Os municípios com baixa integração são Ceará-Mirim, Nísia Floresta e São José do Mipibu. São cidades que não fazem limite com Natal e destas três apenas Ceará-Mirim tem população superior a 50 mil habitantes.

São os municípios com a maior concentração de pessoas pobres⁵ da Região Metropolitana, cerca de 60% da população de cada município foi considerada pobre no ano 2000 (CLEMENTINO e SOUZA, 2009, p.13).

Seguindo na classificação de integração temos os municípios de Extremoz e Macaíba com média integração com o município polo. Estes fazem limite com Natal sendo notável a expansão da mancha urbana contínua entre eles e Natal (ver Mapa 1) estes tem mais de 80% das ocupações como sendo não-agrícolas.

Em seguida temos os municípios de São Gonçalo do Amarante com alta integração com o município polo, e Parnamirim com nível de integração muito alta. São os municípios que apresentam as mais fortes interações no espaço com Natal. Também são os que têm o maior volume populacional São Gonçalo com cerca de 80 mil habitantes e Parnamirim chegando a 200 mil habitantes. Além disso são os municípios que apresentam os maiores percentuais de ocupações não-agrícolas por volta de 90%.

Por fim Natal que é o município polo da Região Metropolitana acumulando também o título de capital do Estado do Rio Grande do Norte. É

⁴ A definição quanto ao nível de integração na dinâmica do aglomerado metropolitano levou em consideração as seguintes variáveis: Taxa de crescimento populacional total por município 1991-2000; Densidade hab/km²; Número de pessoas que trabalham ou estudam em outros municípios 2000 e percentual de ocupados não-agrícolas – 2000.

⁵ São consideradas pessoas pobres com renda domiciliar mensal per capita de até 1/2 salário mínimo.

uma cidade 100% urbana desde 1980 e em 2010 apresentou uma densidade demográfica de 4.808,2 hab/km².

É na Região Metropolitana de Natal onde se concentram a maioria dos serviços do Estado, bem como as atividades industriais – sobretudo no ramo têxtil e de confecções – e de comércio, além de um significativo setor turístico que por volta da década de 1990 teve um acentuado crescimento, concentrando-se nas praias do litoral.

A RMN se destaca pelo seu segmento de prestação de serviços educacionais e de produção de ciência e tecnologia tanto públicas como privados, abrigando uma universidade federal e uma estadual, um Centro Federal de Educação Tecnológica (nível médio e superior), o Centro de tecnologia do Gás, uma universidade particular, sete faculdades particulares, sendo uma em Parnamirim, os laboratórios do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Centro de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno, laboratórios da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN) e os Colégios Agrícolas de Jundiá e Ceará-Mirim, tornando-se assim importante centro de produção de conhecimento e consolidando a posição de Natal na formação de recursos humanos qualificados no estado. (Ibidem).

Apesar deste relativo desenvolvimento local as condições de emprego, condições de moradia, mobilidade urbana e educação são desiguais nos estratos populacionais.

Quanto às condições de ocupação da população da Região Metropolitana no ano 2000 “pessoas à procura de ocupação e a população economicamente ativa foi de 18,1% da efetiva de trabalho” (CLEMENTINO e SOUZA, 2009, p.21). O que incide de alguma maneira na renda familiar e Per Capita da Região Metropolitana, o Censo Demográfico de 2000 constatou que das 303.314 famílias da RMNatal 1/3 vivem com renda mensal de até ½ salário mínimo.

No que diz respeito às condições de moradia, os municípios da RMNatal apresentam um elevado número de domicílios na condição de próprios, no entanto as condições de moradia apresentam indicadores deficitários em relação aos serviços adequados de abastecimento de água e coleta de lixo, segundo (CLEMENTINO e SOUZA, 2009) além da falta de acesso ao sistema de esgoto.

Já no que se refere à mobilidade urbana, a dinâmica metropolitana apresenta um grande percentual da população acima de 15 anos que trabalham ou estudam fora do município de residência. Os municípios com maior integração com o polo chegam a registrar alto fluxo de deslocamento para o município polo. Parnamirim no ano 2000 segundo o Censo Demográfico atingiu 92,2% da população acima de 15 anos que trabalham ou estudam no município polo. Os outros municípios apresentam mais de 70% da população com esta faixa etária também trabalhando ou estudando em Natal, com exceção de Nísia Floresta e São José do Mipibu, sendo 45,3% e 61,6% respectivamente.

Em relação às condições de educação a Região Metropolitana de Natal apresenta municípios com até 30% da população acima de 15 anos de idade analfabeta no ano 2000. Ver tabela 2.

Tabela 2: População com 15 anos ou mais que não sabem ler, Região Metropolitana de Natal – 2000

Municípios - RM-Natal	Pessoas de 15 anos e mais		(%) Taxa de analfabetismo
	Total	Que não sabem ler	
Ceará-Mirim - RN	40.288	11.516	28,6
Parnamirim - RN	84.972	10.902	12,8
Extremox - RN	12.717	2.886	22,7
Macaíba - RN	36.461	9.900	27,2
Natal - RN	510.990	54.783	10,7
Nísia Floresta - RN	12.338	3.275	26,5
São Gonçalo do Amarante - RN	45.443	10.285	22,6
São José de Mipibu - RN	22.606	6.845	30,3
Total	765.815	110.392	14,4

Fonte: Extraído do livro (CLEMENTINO e SOUZA, Como Andam Natal e Recife. 2009, p.42).

4. ASPECTOS TEÓRICOS

4.1. Socialização e educação

A criança não nasce membro da sociedade; ou seja, isto é realizado através do processo de socialização. É aí inicialmente que ela interioriza os elementos que a constituem como sujeito humano; isso quer dizer, apreende os elementos simbólicos que dão significado objetivo ao mundo.

Esta apreensão não resulta de criações autônomas de significado por indivíduos isolados, mas começa com o fato de o indivíduo 'assumir' o mundo no qual os outros já vivem. Sem dúvida, este 'assumir' em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano. (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 174).

Cada indivíduo não somente adquire os elementos de significação do mundo, mas todas as maneiras de pensar, agir e sentir de acordo com a sociedade no qual ele está inserido.

Este processo de socialização corresponde ao desdobramento no indivíduo dos elementos constitutivos da própria sociedade da qual a criança é sujeito, isso quer dizer, das suas instituições e da estrutura que estão estabelecidas social e temporamente.

A sociedade se encontra, a cada nova geração, como que em face de uma *tabula rasa*, sobre o qual é preciso construir quase tudo de novo. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela agregue ao ser egoísta e social, que acaba de nascer, uma natureza capaz de vida moral e social (DURKHEIM, 1965, p.42).

Portanto é necessário considerar o homem como produto de suas relações sociais, como agente das ações e reações de uns para com os outros. No caso da criança o ambiente da família é o espaço privilegiado de suas relações, onde se realizam o cultivo dos valores, crenças, conhecimentos.

Considerando-se então que é através do processo de socialização que a criança é constituída como ser sociável e, considerando-se também a família como ponto de partida para essa socialização, deve-se considerar os diversos tipos de famílias e, no caso das sociedades modernas, não temos como deixar de desconsiderar a sua divisão em classes sociais. “*Ainda hoje não vemos que a educação varia com as classes sociais e com as regiões? A da cidade não é a do campo a do burguês não é a do operário*” (DURKHEIM, 1965, p.39).

Tal processo de socialização constitui no indivíduo um sistema de disposições duráveis que são transmitidas pelas gerações, que correspondem a modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que nos levam a agir de determinada forma em uma circunstância dada. Tal sistema de disposições é o que Pierre Bourdieu define como *Habitus*.

Sistema de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas predisposta a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e organizador de práticas e de representações. (BOURDIEU, 1980, citado em DUBAR, 2005 p.77).

Sendo assim, desde a primeira infância, tanto as posturas corporais como as crenças mais íntimas são efeitos do *habitus* que se inscreve no corpo da criança, estritamente conforme sua origem social. Cada classe ou fração de classe é definida por um estilo de vida e cada uma de acordo com os seus bens de consumo pautados pelos meios econômicos disponíveis, os quais podem dar acesso a práticas culturais definidas por um determinado conjunto de códigos da cultura.

Desta forma, o próprio capital econômico se converte em capital cultural, e, por conseguinte cada família transmite a seus filhos certo capital cultural que para Bourdieu corresponde a um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, os quais colaboram para definição das ações.

4.2 Capital Cultural Familiar

Todo esse processo de reprodução social, através da incorporação de sistemas de representação e de ação faz com que as gerações tenham trajetórias sociais correspondentes aos seus ascendentes. Tal aspecto dá a impressão de que uma criança que nasce numa família de músicos e que venha a se tornar um músico seja reconhecida por seus talentos como se fosse um dom natural e congênito, desconsiderando desta forma toda a bagagem cultural que a família imprimiu em seu filho, através de um longo investimento em tempo e capital cultural.

Vale resaltar que o capital cultural pode corresponder tanto ao nível de instrução global de uma família expressa pelos certificados escolares, como também à incorporação de disposições e a um certo cuidado de si, um “cultivar-se”, como o gosto pela música, teatro, cinema e pelo consumo de bens culturais, aos quais se tem acesso direto, como os livros, sejam os adquirindo através da compra ou simplesmente por via da frequente visita às bibliotecas, museus, etc.

O capital cultural pode existir sobre três formas: no **estado incorporado**, ou seja, sob a **forma de disposições duráveis do organismo**; no **estado objetivado**, sob a **forma de bens culturais** – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc.; e, em fim, no **estado institucionalizado**, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao **certificado escolar**, ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedades inteiramente originais. (BOURDIEU, 2008, p. 74)

O capital cultural pode existir, segundo Bourdieu, sob três formas: estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado. Cabe aqui destacar quais os processos de transmissão de cada dimensão do capital cultural.

O estado incorporado está fundamentalmente ligado ao corpo, por pressupor um trabalho de “inculcação”, que demanda tempo. Portanto, a sua transmissão depende tanto da precocidade em que se inicia o processo de transmissão do capital cultural incorporado pelo conjunto da sua família, que de maneira difusa o transmite para sua geração; como também por via do tempo disponível para um empreendimento de longa duração. Pode-se tomar como exemplo o ato ou fato de aprender a tocar um instrumento musical. O que é diferente da transmissão automática e imediata de heranças financeiras.

Já o capital cultural, no estado objetivado, é transmitido em sua materialidade na forma de bens culturais, como instrumentos musicais, equipamentos, livros, esculturas, quadros, que por suas propriedades intrínsecas necessitam da forma incorporada do capital cultural para sua utilização, de acordo com sua destinação específica e efetiva transmissão, para que se possa desfrutar dos benefícios destes.

Em seu estado institucionalizado; ou seja, o capital cultural em forma de diploma o qual tem o sentido de uma certidão de competências culturais legítimas, pois define um valor juridicamente garantido, que confere ao agente um reconhecimento institucional como resultado de um longo e duradouro processo de educação formal, iniciado na alfabetização e que se conclui em uma formação profissional de nível superior. Nesse sentido, é o nível de escolaridade dos pais que tem uma familiaridade com o sistema de ensino, proporcionando recomendações e ajudas no trabalho escolar, inclusive no que diz respeito às informações e às perspectivas profissionais futuras.

Tal capital institucional, que é o resultado de um longo e duradouro processo, está inculcado nos pais e é implicitamente transmitido aos filhos, os quais, no ambiente familiar, já estão sendo sujeitos a um manejo da língua escolar, pois as carreiras escolares requerem uma riqueza e fineza de estilo, além de um modo de ser.

A língua não é um simples instrumento, mais ou menos eficaz, mais ou menos adequado, do pensamento, mas fornece – além de um vocabulário mais ou menos rico – uma sintaxe, isto é, um sistema de categorias mais ou menos complexas, de maneira que a aptidão para o desciframento e a manipulação de estruturas complexas, quer lógicas quer estéticas, parece função direta da complexidade da estrutura da língua inicialmente falada no meio familiar, que lega sempre uma parte de suas características à língua adquirida na escola. (BOURDIEU, 2008, p. 46)

Sendo assim, o nível cultural global da família correspondente às três formas do capital cultural podendo ter um efeito na formação da criança no que se refere ao manejo dos elementos da cultural.

4.3 Herança Cultural e desempenho escolar

Analisar em que medida a origem social e familiar do aluno podem ter efeito no seu desempenho escolar é de certa forma considerar os elementos culturais herdados que permitem ao aluno operar em conformidade com o sistema de ensino, dando a este as condições necessárias à sua plena produtividade.

Poderíamos dizer que processos socializadores incidem sobre um espaço fundamental de intersecção entre as gerações: a *transmissão*. Transmitir e herdar são duas facetas de um mesmo movimento que coloca as gerações à sua *herança*, que pode ir dos bens estritamente materiais aos totalmente simbólicos [...] Assim embora a educação e gerações sejam realidades diversas, esses dois fenômenos se encontram intrinsecamente ligados em função da necessidade de cada geração transmitir aos seus sucessores aquilo que considera fundamental (TOMIZAKI, 2010. P.329).

Pois as competências linguísticas e culturais dos alunos devem ser entendidas não como resultado de um “dom” em relação ao manejo da língua portuguesa e das operações matemáticas que diferenciam os alunos entre si

como dotados ou não de capacidades inatas, mas como resultado de um longo processo de socialização que é iniciado no ambiente da família.

“a relação entre a ‘aptidão’ (ability) para os estudos e o investimento nos estudos provam que eles ignoram que a ‘aptidão’ ou o ‘dom’ são também produtos de um investimento em tempo e em capital cultural. (BOURDIEU, 2008. P. 73)

Neste sentido o desempenho escolar corresponde nesta pesquisa a um indicador sociológico, que não está considerando o desempenho individual do aluno, mas a média geral dos desempenhos da população escolar.

Tomar como parâmetro estatístico o desempenho escolar, tendo como indicador deste o resultado das provas de língua portuguesa e de matemática dos alunos do 9º ano do ensino fundamental corresponde não apenas ao levantamento da capacidade de memorização dos alunos dos conteúdos correspondentes a estas disciplinas, mas proporciona detectar a dinâmica de distribuição do *capital cultural* da população em análise.

Procurando desta forma demonstrar como as exigências requeridas aos alunos do sistema de ensino acerca de suas competências linguística e cultural para um desempenho satisfatório podem relacionar-se com a educação familiar.

“Em outros termos, tudo depende da distância entre as competência linguística e cultural implicitamente exigida pela transmissão escolar da cultura escolar (ela própria mais ou menos afastada da cultura dominante) e a competência linguística e cultural inculcada pela primeira educação nas diversas classes sociais.” (BOURDIEU, 2007. P, 307).

Diante disto o capítulo que se segue apresentará os elementos metodológicos capazes de demonstrar como o desempenho escolar dos alunos pode ter relação com o capital cultural da família destes.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 Considerações gerais

A partir do desenvolvimento teórico do capítulo anterior, referindo-se principalmente ao conceito de Capital Cultural, o presente capítulo tratará dos caminhos metodológicos seguidos no desenvolvimento deste trabalho, o qual está dividido em três etapas. A primeira trata da caracterização das fontes de dados, escolha das variáveis e informações acerca dos *softwares* utilizados na organização dos dados. A segunda aborda a construção e montagem dos bancos de dados, além da exposição do universo de registros utilizados na pesquisa. E por fim a última etapa, talvez a principal, na qual será descrito o processo de operacionalização das dimensões do Capital Cultural Familiar com o intuito de verificar o efeito deste no desempenho escolar dos alunos da educação básica.

4.2 Fonte de dados utilizada

A natureza quantitativa deste trabalho requer um esforço no sentido de desenvolver recursos metodológicos que possam dar conta dos objetivos propostos, ou seja, a verificação do efeito do Capital Cultural no desempenho escolar dos alunos inscritos na educação básica, neste sentido é primordial a utilização de uma fonte de dados que possa proporcionar tal verificação.

O procedimento para coleta dos dados resultou de fontes secundárias, correspondentes aos microdados da Prova Brasil 2007. A Prova Brasil consiste em um sistema de avaliação realizado pelo Ministério da Educação – MEC que a cada dois anos aplica provas de Língua Portuguesa e Matemática com os alunos dos anos finais dos ciclos da educação básica, a 4ª série/ 5º ano e 8ª série/ 9º ano, com o intuito de avaliar a qualidade do sistema de ensino brasileiro. Estas provas têm um caráter de obrigatoriedade, para todas as escolas públicas com mais de 20 alunos inscritos. Os resultados destas avaliações são convertidos em uma escala que vai de 0 a 500 pontos, sendo

200 pontos uma média satisfatória para os alunos da 4ª série/ 5º ano e 300 pontos para os alunos da 8ª série/ 9º ano.

Os microdados da Prova Brasil estão disponíveis para *download* na página eletrônica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP⁶. Ao realizar o *download* observa-se que há quatro pastas: ANEXOS; DADOS; INPUTS e LEIA-ME. A primeira contendo arquivos no formato Word, correspondentes aos questionários aplicados com os professores, diretores, alunos da 4ª série/ 5º ano e da 8ª série/ 9º ano, além de um questionário levantando as características da escola. A pasta DADOS contém os microdados em arquivos no formato .txt; na pasta INPUTS há programações para leitura nos programas SPSS e SAS, e por fim a pasta LEIA-ME contém um arquivo no formato PDF com uma apresentação do sistema de avaliação Prova Brasil e os dicionários de variáveis.

4.3 Montagem do banco de dados

Para manipulação desses microdados é necessário à utilização de *software* especializado, no caso deste trabalho recorreu-se ao SPSS o qual fornece um conjunto de ferramentas estatísticas indispensáveis para filtrar e organizar os registros disponíveis. Este *software* estatístico proporcionou a leitura dos arquivos “inputs” que a partir de programações já definidas processou os dados que estão no formato .txt convertendo-os em tabelas no formato do SPSS.

Sendo assim foram processados quatro arquivos: “TS_ALUNO.txt” o qual foi convertido em tabela a partir da programação inscrita no arquivo “INPUT SPSS TS_ALUNO.sps” e “TS_QUEST_ALUNO.txt” que de igual modo foi transformado em tabela a partir da programação contida no arquivo “INPUT SPSS QUEST_ALUNO.sps”. Esse procedimento proporcionou a montagem de dois bancos de dados. O primeiro com as variáveis correspondentes aos

⁶ <http://portal.inep.gov.br/web/guest/basica-levantamentos-acessar>

desempenhos dos alunos da 4ª série/ 5º ano e da 8ª série/ 9º ano que fizeram as avaliações de Língua Portuguesa e Matemática nas escolas de todos os municípios brasileiros. O segundo com dados demográficos e sociais dos alunos contendo inclusive informações sobre seus pais.

Devido a enorme quantidade de registros foi utilizado um filtro para selecionar apenas os dados correspondentes aos municípios pertencentes à Região Metropolitana de Natal, tanto para o primeiro como para o segundo banco de dados. Para realizar esta filtragem foi necessário a utilização dos códigos de todos os municípios integrantes da RMNatal, tais códigos podem ser acessados através da página eletrônica do IBGE⁷. Deste modo formou-se dois bancos de dados com registros referentes apenas a RMNatal.

Outra filtragem ainda foi realizada com o intuito de selecionar os dados referentes apenas aos alunos da 8ª série/ 9º ano, ou seja, do ano final do ciclo da educação básica. Feito estes procedimentos obteve-se dois banco de dados com os registros dos desempenhos dos alunos e outro com suas características pessoais e familiares. Tendo os dois bancos prontos, os mesmos foram associados em um só, a partir do código de identificação dos alunos que é equivalente em ambos, possibilitando o levantamento de informações dos alunos atrelados ao desempenho dos mesmos.

Vale resaltar que a construção destes bancos de dados requer um meticuloso trabalho de identificação das variáveis e sua posterior codificação, pois os dados estão armazenados de forma “bruta” sendo necessária uma distribuição dos registros por variáveis devidamente nomeadas para posterior acesso e visualização de frequência de cada uma delas.

Terminado esse processo de filtragem dos dados e montagem de um terceiro banco de dados partiu-se para seleção das variáveis as quais foram utilizadas na análise do desempenho escolar com referência ao capital cultural

⁷ <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

da família dos alunos, que por fim contabilizou-se um universo de 8180 (oito mil cento e oitenta) registros disponíveis para a investigação proposta.

Quadro 1: Variáveis selecionadas para análise

Variável	Descrição	Código de Preenchimento
ID_ALUNO	Código do Aluno na Prova Brasil	Código atribuído ao aluno pela empresa contratada para execução do exame
ID_SERIE	Código da Série	4 - 4.ª série/5.º ano 8 - 8.ª série / 9.º ano
NO_MUNICIPIO	Nome do Município	De acordo com codificação do IBGE
COD_MUNICIPIO	Código do Município	De acordo com codificação do IBGE
TV	Se há televisão na casa do aluno	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
PC	Se há computador na casa do aluno	1 - Sim, com internet 2 - Sim, sem internet 3 - Não 99 - Não declarado
LIVR	Além dos livros escolares quantos livros o aluno tem em casa	1 - O bastante para encher uma prateleira (1 a 20 livros) 2 - O bastante para encher um estante (21 a 100 livros) 3 - O bastante para encher várias estantes (mais de 100 livros) 4 - Nenhum 99 - Não declarado
RIEST	Os pais incentivam o aluno a estudar	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
RILER	Os pais incentivam o aluno a ler	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
RINF	Os pais incentivam ao aluno ir a escola e não faltar às aulas	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
ESCM	Até que série a mãe do aluno estudou.	1 - Nunca estudou ou não completou a 4ª série 2 - Completou a 4ª série mas não completou a 8ª série 3 - Completou a 8ª série mas não completou o ensino médio 4 - Completou o Ensino Médio 5 - Completou a Faculdade
MLE	A mãe do aluno sabe ler e escrever	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
VMLEND	O aluno vê a mãe lendo	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
ESCP	Até que série o pai do aluno estudou.	1 - Nunca estudou ou não completou a 4ª série 2 - Completou a 4ª série mas não completou a 8ª série 3 - Completou a 8ª série mas não completou o ensino médio 4 - Completou o Ensino Médio 5 - Completou a Faculdade
PLE	O pai do aluno sabe ler e escrever	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
VPLEND	O aluno vê pai lendo	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
NOTA_LP	Proficiência em Língua Portuguesa transformada na escala única do SAEB	De 0 a 500.
NOTA_M	Proficiência em Matemática transformada na escala única do SAEB	De 0 a 500.

4.1 Operacionalização das dimensões do Capital Cultural Familiar

A partir da escolha destas variáveis foi possível operacionalizar as dimensões do Capital Cultural familiar, na medida em que ao nível teórico utilizou-se do conceito de Capital Cultural de Pierre Bourdieu. Este autor define que o Capital Cultural pode existir sobre três formas: no estado incorporado, sob a forma de disposições duráveis; no estado objetivado sob a forma de bens culturais e no estado institucionalizado sob a forma do certificado escolar.

Sendo assim em primeiro lugar foram selecionadas as variáveis correspondentes à dimensão do *estado incorporado*, havendo a preocupação de escolher variáveis que deem conta de tal dimensão e ao mesmo tempo que pudessem ser associando aos pais dos alunos, pois este trabalho concorre para a definição e operacionalização do Capital Cultural Familiar. Portanto foram as seguintes variáveis selecionadas.

Quadro 2: Variáveis correspondentes ao Capital Cultural no Estado Incorporado

Forma do Capital Cultural	Variável	Descrição	Código de Preenchimento
Estado Incorporado	RIEST	Os pais incentivam o aluno a estudar	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
	RILER	Os pais incentivam o aluno a ler	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
	RINF	Os pais incentivam ao aluno ir a escola e não faltar às aulas	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado

A partir da escolha destas variáveis correspondentes ao Capital Cultural Familiar no estado incorporado foram definidos níveis de acesso a este Capital Cultural. Para isso foi realizado o cruzamento das três variáveis selecionadas, as quais foram agrupadas por níveis, da seguinte forma: 1 Alta disposição; 2 Média disposição; 3 Baixa disposição; 4 Muito baixa disposição.

Sendo assim pode-se agrupar apenas os registos que coincidem positivamente em relação a todas as variáveis, outros registos intermediários e por fim as variáveis referentes ao Capital Cultural Incorporado que contabilizaram ausência em todos os registos ficando dispostos da seguinte forma:

Quadro 3: Capital Cultural no Estado Incorporado por nível

Forma do capital cultural	Nível	Descrição
Estado incorporado	1 Alto disposição	Pais incentivam os filhos a estudar, a ler e a não faltar às aulas.
	2 Média disposição	Pais incentivam os filhos a não faltar às aulas, incentivam a estudar e não incentivam a ler.
	3 Baixa disposição	Pais incentivam os filhos a estudar, não incentivam ler e não incentivam a não faltar às aulas.
	4 Muito baixa disposição	Os pais não incentivam os filhos a estudar, não incentivam ler e não incentivam a não faltar às aulas.

A organização dos dados em níveis possibilitou a análise estatística que correspondeu ao cálculo da média aritmética das notas de Língua Portuguesa e Matemática, referentes aos registos de cada um dos níveis, proporcionando desta forma chegar ao objetivo do presente trabalho que é analisar a relação entre o Capital Cultural Familiar e os desempenhos escolares dos alunos.

Para a operacionalização do Capital Cultural ainda foram selecionadas as variáveis correspondentes ao Capital Cultural na forma objetivada, ou seja, aquelas variáveis que correspondem a bens culturais disponíveis aos alunos no ambiente doméstico, sendo a segunda dimensão do Capital Cultural considerada para sua operacionalização quanto ao desempenho escolar.

Quadro 4: Variáveis referentes ao Capital Cultural no Estado Objetivado

Forma do Capital Cultural	Variável	Descrição	Código de Preenchimento
Estado Objetivado	TV	Se há televisão na casa do aluno	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
	PC	Se há computador na casa do aluno	1 - Sim, com internet 2 - Sim, sem internet 3 - Não 99 - Não declarado
	LIVR	Além dos livros escolares quantos livros o aluno tem em casa	1 - Uma prateleira (1 a 20 livros) 2 - Uma estante (21 a 100 livros) 3 - Várias estantes (mais de 100 livros) 4 - Nenhum 99 - Não declarado

De igual modo foram definidos os níveis de acesso dos alunos a bens culturais referindo-se desta forma ao Capital Cultural no estado objetivado. Para isso também foi realizado um cruzamento entre as variáveis citadas acima, classificando os registros em níveis de acesso ao Capital Cultural no estado objetivado, um nível mais alto, outros intermediários e um nível mais baixo. Desta forma o Capital Cultural na forma objetivada foi dividido nos seguintes níveis: 1 Alta posse de bens; 2 Média Posse de Bens; 3 Baixa posse de bens; 4 Muito baixa posse de bens (Ver quadro 5).

Quadro 5: Capital Cultural no Estado Objetiva por nível

Forma do capital cultural	Nível	Descrição
Estado objetivado	1 Alta posse de bens	Na casa dos alunos há TV, há mais de 100 livros e há computador com internet.
	2 Média posse de bens	Na casa dos alunos há TV, há entre 21 e 100 livros e há computador com internet.
	3 Baixa posse de bens	Na casa dos alunos há TV, há entre 1 e 20 livros e não há computador.
	4 Muito baixa posse de bens	Na casa dos alunos não há TV, não há livros e não há computador.

E por fim para operacionalização do Capital Cultural no estado institucionalizado foram selecionadas as variáveis correspondentes ao nível de escolaridade dos pais e mães dos alunos, enquanto títulos legítimos que

indicam uma familiaridade dos pais com a linguagem escolar, no qual os filhos estão inscritos. Sendo assim em primeiro lugar foram escolhidas as variáveis em relação ao nível de escolaridade das mães dos alunos:

Quadro 6: Variáveis referentes ao Capital Cultural no Estado

Institucionalizado materno

Forma do Capital Cultural	Variável	Descrição	Código de Preenchimento
Estado Institucionalizado (Mãe)	MLE	A mãe do aluno sabe ler e escrever	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
	VMLEND	O aluno vê a mãe lendo	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
	ESCM	Até que série a mãe do aluno estudou.	1 - Nunca estudou ou não completou a 4ª série 2 - Tem a 4ª série mas não completou a 8ª série 3 - Tem a 8ª série mas não completou o ensino médio 4 - Completou o Ensino Médio 5 - Completou a Faculdade 99 - Não declarado

Havendo essa seleção de variáveis relacionadas ao Capital Cultural na forma institucionalizada materno, foram operacionalizadas através do cruzamento entre elas, ou seja, os registros também foram organizados em níveis: alto nível de escolaridade; níveis intermediários e um nível mais baixo de Capital Cultural institucional materno. Ficando os níveis dispostos da seguinte forma: 1 Alto nível escolar; 2 Médio nível escolar; 3 Baixo nível escolar; 4 Muito baixo nível escolar (Ver quadro 7)

Quadro 7: Capital Cultural no Estado Institucionalizado materno por nível

Forma do capital cultural	Nível	Descrição
Estado institucionalizado (Mãe)	1 Alto nível escolar	As mães têm mais de 16 anos de estudos (Superior completo), sabem ler e escrever e os filhos veem as mães lendo.
	2 Médio nível escolar	As mães têm 11 anos de estudos (Ensino Médio completo), sabem ler e escrever e alguns veem as mães lendo.
	3 Baixo nível escolar	As mães têm 8 anos de estudos, sabem ler e escrever mas os alunos não veem as mães lendo.
	4 Muito baixo nível escolar	A mãe tem entre 0 e 4 anos de estudos, não sabem ler e escrever e os filhos não veem as mães lendo.

Do mesmo modo foram selecionadas as variáveis relativas aos pais dos alunos correspondentes ao Capital Cultural no Estado Institucionalizado com a intenção de operacionalizar tal conceito.

Quadro 8: Variáveis correspondentes ao Capital Cultural no Estado Institucionalizado paterno

Forma do Capital Cultural	Variável	Descrição	Código de Preenchimento
Estado Institucionalizado (Pai)	PLE	O pai do aluno sabe ler e escrever	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
	VPLEND	O aluno vê o pai lendo	1 - Sim 2 - Não 99 - Não declarado
	ESCP	Até que série o pai do aluno estudou.	1 - Nunca estudou ou não completou a 4ª série 2 - Tem a 4ª série mas não completou a 8ª série 3 - Tem a 8ª série mas não completou o ensino médio 4 - Completou o Ensino Médio 5 - Completou a Faculdade 99 - Não declarado

A partir dos registros destas variáveis referentes ao Capital Cultural Institucionalizado do pai, foram definidos níveis através do cruzamento destas variáveis, agrupados um nível mais elevado, outros intermediários e o nível mais baixo de escolaridade do pais ficando os níveis dispostos da seguinte forma: 1 Alto nível escolar; 2 Médio nível escolar; 3 Baixo nível escolar; 4 Muito baixo nível escolar (Ver quadro 9)

Quadro 9: Capital Cultural no Estado Institucionalizado paterno por nível

Forma do capital cultural	Nível	Descrição
Estado institucionalizado (Pai)	1 Alto nível escolar	Os pais têm mais de 16 anos de estudos (Superior completo), sabem ler e escrever e os filhos veem as mães lendo.
	2 Médio nível escolar	Os pais têm 11 anos de estudos (Ensino Médio completo), sabem ler e escrever e alguns veem as mães lendo.
	3 Baixo nível escolar	Os pais têm 8 anos de estudos, sabem ler e escrever mas os alunos não veem as mães lendo.
	4 Muito baixo nível escolar	Os pais têm entre 0 e 4 anos de estudos, não sabem ler e escrever e os filhos não veem as mães lendo.

Os procedimentos descritos acima correspondentes à escolha e filtragem das variáveis do banco de dados que permitiu a operacionalização do Capital Cultural Familiar referente aos três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado. Estes foram ordenados e classificados em níveis no caso do incorporado nível de disposição; no caso do estado objetivo, nível de acesso a bens culturais e no caso do estado institucionalizado o nível escolar dos pais e mães dos alunos.

Esta configuração das dimensões do Capital Cultural Familiar em níveis concorre para verificação do objetivo do presente trabalho que consiste em compreender como o rendimento escolar é influenciado pelo Capital Cultural Familiar dos alunos das escolas públicas de ensino fundamental dos Municípios da região Metropolitana de Natal. Sendo assim o capítulo que se segue apresenta os resultados dos desempenhos dos alunos na Prova Brasil 2007, distribuídos por nível de cada uma das dimensões do Capital Cultural Familiar operacionalizado no presente capítulo.

RESULTADOS

Neste capítulo será desenvolvida uma análise descritiva dos dados referentes ao Capital Cultural Familiar dos alunos das escolas públicas em nível de ensino fundamental, especificamente os alunos do 9º ano dos municípios que integram a Região Metropolitana de Natal, buscando descrever o efeito do Capital Cultural Familiar destes alunos nos seus desempenhos escolares.

Conforme foi dito no capítulo anterior foram analisados 8180 (oito mil cento e oitenta) registros oriundos dos microdados da Prova Brasil 2007 entre os quais foram selecionadas variáveis específicas que possibilitaram a operacionalização do Capital Cultural Familiar e suas dimensões bem como a interação deste com o desempenho escolar, que no presente trabalho está sendo entendido como resultado das notas referentes às provas de Língua Portuguesa e Matemática oriundas da Prova Brasil.

A operacionalização das três dimensões do Capital Cultural Familiar que se divide em *estado incorporado*, *estado objetivado* e *estado institucionalizado*, definidos a partir das variáveis especificadas no capítulo anterior foram relacionadas ao desempenho das avaliações referentes à Prova Brasil, tal associação será exposta a seguir.

As primeiras variáveis consideradas dizem respeito ao Capital Cultural Familiar no *estado incorporado*, que foi classificado em níveis: Alta disposição, média disposição, baixa disposição e muito baixa disposição. Verificou-se que 82% dos pais apresentam um nível muito alto deste estado do Capital Cultural Familiar, ou seja, são pais que incentivam os filhos a ler, incentivam os filhos a estudar e também incentivam os filhos a não faltar às aulas. Este elevado percentual estaria indicando que há uma acentuada preocupação das famílias no que se refere à educação escolar dos filhos.

Quanto à relação entre os níveis que os pais dos alunos têm de Capital Cultural no *estado incorporado* e o desempenho escolar dos alunos, a maior concentração dos dados é referente ao nível mais elevado do *estado incorporado* correspondendo a 82% do total. Vale ressaltar que na escala da Prova Brasil a média considerada satisfatória é de 300 pontos.

O nível que mais se aproxima de tal pontuação são os alunos que seus pais foram classificados nos níveis de alto e médio Capital Cultural no *estado incorporado* os quais registraram uma proficiência em Língua Portuguesa com média de 223 pontos e em Matemática uma média de 235 pontos e no nível de média disposição do estado incorporado registrou-se inclusive uma leve diferença sendo em Língua Portuguesa uma média de 226 pontos e em Matemática uma média de 237 pontos. (Ver o quadro 10).

Quadro 10 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível de Capital Cultural no estado incorporado (%) da RMNatal - 2007

Estado do capital cultural	Nível	f	fr %	Nota média da proficiência	
				Língua portuguesa	Matemática
	Alta disposição	6720	82,2	223	235
	Média disposição	549	6,7	226	237
Incorporado	Baixa disposição	94	1,2	211	227
	Muito baixa disposição	43	0,5	197	203
	Não declarado	774	9,4	-	-
	Total	8180	100,0		

Fonte: Anexo 1.

Apesar de a média geral dos alunos que os seus pais apresentaram os mais elevados níveis do Capital Cultural no *estado incorporado* não corresponder à média satisfatória o nível definido como *Muito baixa disposição* correspondente aos pais que não incentivam os filhos a leitura, não incentivam os filhos a estudar e não incentivam os filhos a ir escola e não faltar às aulas, são os alunos que apresentam os mais baixos desempenhos como figurado no

quadro acima. Contando com uma proficiência em Língua Portuguesa com média de 197 pontos e em Matemática com uma média de 203 pontos.

Em relação ao Capital Cultural Familiar no *estado objetivado* apenas 2,2% dos registros correspondem ao nível mais alto da posse de bens culturais que foi definido a partir das variáveis que indicam haver na casa dos alunos televisão, computador com internet e mais de 100 livros. Enquanto que 68% dos registros apresentam uma *baixa posse de bens*, isso quer dizer, aqueles alunos que em suas casas há televisão, existem de 1 a 20 livros e não há computador.

Quadro 11 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível do Capital Cultural na forma objetivada (%) da RMNatal - 2007

Estado do Capital cultural	Nível	f	fr %	Nota média da proficiência	
				Língua portuguesa	Matemática
Estado objetivado	Alta posse de bens	177	2,2	232	247
	Média posse de bens	2301	28,1	229	241
	Baixa posse de bens	5563	68,0	220	232
	Muito baixa posse de bens	18	0,2	191	212
	Não declarado	121	1,5	-	-
Total		8180	100,0		

Fonte: Anexo 2.

Em relação ao desempenho dos alunos referente à escala da Prova Brasil, que classifica como nota satisfatória, 300 pontos, relacionada às distribuições do Capital Cultural no *estado objetivado* em níveis, verificou-se que os alunos que mais se aproximaram deste valor são os que têm em seus ambientes familiares uma *alta posse de bens culturais*, pois tiveram uma proficiência com nota média de 232 pontos em Língua Portuguesa e uma média de 247 pontos em Matemática. Abaixo destes desempenhos estão os alunos que em seus ambientes familiares estão classificados nos níveis de *média posse de bens* e *baixa posse de bens*. Sendo o primeiro com média de 229 pontos em Língua Portuguesa e média de 241 em Matemática e no

segundo caso média de 220 pontos em Língua Portuguesa e média de 232 pontos em Matemática.

E por fim os alunos que seus ambientes familiares estão classificados no nível de muito baixa posse de bens, isso quer dizer alunos que em suas casas não há televisão, não há livros e não há computador, resultou nos menores desempenhos, registrando uma média de 191 pontos na proficiência de Língua Portuguesa e uma média de 212 pontos em Matemática. Desta forma os desempenhos acompanharam de forma equivalente os níveis de posse de bens culturais, ou seja, quanto maior o Capital Cultural Familiar no estado *objetivado*, maior foi desempenho escolar registrado dos alunos. Apesar de que as médias não atingiram a nota satisfatória de 300 pontos. (Ver quadro 11).

Por fim será demonstrada a relação entre o Capital Cultural Familiar no Estado Institucionalizado e o desempenho escolar. Para isso foram consideradas as distribuições dos níveis deste estado do Capital Cultural referente aos pais e as mães dos alunos. Em primeiro lugar será demonstrado às frequências referentes ao Capital Cultural no *estado institucionalizado* das mães e sua relação com o desempenho escolar dos alunos, tendo como parâmetro a escala da Prova Brasil, que considera nota satisfatória de 300 pontos.

Os alunos que suas mães têm um alto nível de escolaridade correspondem a 4,5% do total, são mães que têm mais de 16 anos de estudos (superior completo), sabem ler e escrever e os filhos as veem lendo. Enquanto que 66,9% dos alunos têm mães com baixo nível escolar, ou seja, mães que têm 8 anos de estudos, sabem ler e escrever mas os alunos não as veem lendo. (Ver quadro 12).

Quadro 12 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível do Capital Cultural no estado institucionalizado da mãe (%) RMNatal - 2007

Estado do Capital Cultural	Nível	f	fr %	Nota média da proficiência	
				Língua portuguesa	Matemática
Institucionalizado (Mãe)	Alto nível escolar	372	4,5	231	249
	Médio nível escolar	1755	21,5	233	246
	Baixo nível escolar	5474	66,9	219	230
	Muito baixo nível escolar	320	3,9	214	222
	Não declarado	259	3,2	-	-
Total		8180	100,0		

Fonte: Anexo 3.

Quanto ao nível do Capital Cultural no *estado institucional* da mãe e o desempenho dos alunos verificou-se que aqueles com mães na categoria de alto e médio nível escolar tiveram os maiores desempenhos, ou seja, os que mais se aproximaram dos 300 pontos. Sendo os alunos com mães na categoria de alto nível escolar uma nota média em matemática de 249 pontos e em língua portuguesa com nota média de 231, e os com mães classificadas em médio nível escolar registraram uma nota média de 233 pontos em língua portuguesa e em matemática uma média de 246 pontos.

Já os alunos com mães classificadas em nível baixo e muito baixo de escolarização tiveram desempenho inferiores aos outros níveis, sendo os com mães com nível baixo escolar com nota média de 219 pontos em língua portuguesa e em matemática com nota média de 230 pontos e para o nível muito baixo de escolarização das mães as notas foram ainda mais inferiores registrando-se para língua portuguesa uma média de 214 pontos e para matemática uma média de 222 pontos. Sendo assim, de modo geral os desempenhos acompanharam os níveis do capital cultural no *estado institucionalizado materno*, na medida em que o nível é mais alto as notas também são altas, apesar de que as médias não atingiram os 300 pontos considerados satisfatórios.

Quanto ao capital cultural no estado institucionalizado paterno foram contabilizados 4,1% dos pais com alto nível de escolaridade, isso quer dizer pais com 16 anos de estudos (superior completo), sabem ler e escrever e os filhos os veem lendo. Enquanto que as maiores frequências estão no nível baixo de escolaridade 68,3% dos pais estão nesta condição, ou seja, pais que têm 8 anos de estudos, sabem ler e escrever mas os alunos não os veem lendo. (Ver quadro 13).

Já quanto aos níveis do capital cultural no estado institucionalizado paterno e sua relação com os desempenhos dos alunos verificou-se que nos níveis alto e médio de escolaridade foi onde se concentrou os maiores desempenhos, isso quer dizer os mais próximos aos 300 pontos considerados satisfatórios, sendo a proficiência em matemática com uma nota média de 244 pontos para ambos os níveis e uma leve diferença para proficiência em língua portuguesa, pois o nível mais alto registrou uma nota média de 228 pontos enquanto que o nível médio de escolaridade registrou uma média de 234 pontos. (Ver quadro 13).

Quadro 13 – Nota média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática por nível do Capital Cultural no estado institucionalizado do pai (%) RMNatal – 2007

Estado do Capital Cultural	Nível	f	fr %	Nota média da proficiência	
				Língua portuguesa	Matemática
Institucionalizado (Pai)	Alto nível escolar	339	4,1	228	244
	Médio nível escolar	1611	19,7	234	244
	Baixo nível escolar	5584	68,3	219	231
	Muito baixo nível escolar	379	4,6	215	223
	Não declarado	267	3,3	-	-
Total		8180	100,0		

Fonte: Anexo 3.

Os alunos que os pais têm níveis baixo e muito baixo de escolaridade registraram os menores desempenhos sendo o nível baixo com nota média de 219 pontos na proficiência de língua portuguesa e o nível muito baixo com 215

pontos; em matemática os alunos com pais em baixo nível escolar contam com uma nota média de 231 pontos enquanto que os com muito baixo nível escolar contam com uma nota média de 223 pontos.

Sendo assim pode-se verificar que quanto menor for o nível do capital cultural das famílias dos alunos, nos seus níveis analisados, ou seja, no estado *incorporado*, no estado *objetivado* e no estado *institucionalizado* menor é o desempenho dos alunos referentes ao 9º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas. O que de certa forma demonstra que pode haver alguma relação entre o Capital Cultural e os desempenhos escolares.

Além da relação que possa se estabelecer entre o Capital Cultural Familiar e o desempenho escolar dos alunos, pode-se observar que as médias coletadas dos microdados da Prova Brasil 2007, das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática para o 9º ano referentes aos alunos das escolas públicas da Região Metropolitana de Natal não corresponderam à pontuação considerada satisfatória que são 300 pontos. Isso de certa forma pode ser um indicador da baixa qualidade da educação em nível de ensino fundamental dos municípios metropolitanos de Natal, já que o 9º encerra o ciclo da educação básica no sistema de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do sistema de ensino brasileiro no que diz respeito ao elevado crescimento no número de matrículas, nas últimas décadas, representou um avanço quanto ao nível de escolaridade da população brasileira. No entanto a qualidade do sistema educacional ainda necessita de um significativo aprimoramento.

Diante disto o presente trabalho teve como objetivo a análise do desempenho escolar dos alunos da educação básica tendo como recorte a série final do ciclo de nível básico, ou seja, os alunos do 9º ano, pertencentes às escolas dos municípios da Região Metropolitana de Natal. Procurando verificar em que medida o Capital Cultural Familiar destes alunos poderia ter efeito em seus desempenhos escolares.

Para possibilitar a execução do objetivo deste trabalho foram utilizados como fonte de informação os dados oficiais do Ministério da Educação oriundos do sistema de avaliação do ensino básico, Prova Brasil, com os registros referentes a 2007 que possibilitaram tanto a operacionalização das informações quanto ao Capital Cultural Familiar dos alunos bem como a relação deste com os desempenhos dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática.

De acordo com o referencial teórico utilizado o qual considera o Capital Cultural em três formas (Bourdieu, 2008) estado incorporado, estado objetivado e estado incorporado. Verificou-se que os principais resultados estariam demonstrando que quanto maior o nível do Capital Cultural Familiar maior foi o desempenho médio registrado, identificando-se uma possível relação entre essas variáveis e o desempenho escolar.

Apesar disso os resultados médios atingidos tanto nas provas de Língua Portuguesa como de Matemática não atingiram os níveis satisfatório de acordo com os parâmetros do sistema de avaliação Prova Brasil que corresponde a

300 pontos. Isso quer dizer que se os desempenhos dos alunos da Região Metropolitana são insatisfatórios, de modo geral a situação é muito pior para os alunos os quais suas famílias são privadas de bens culturais e que apresentam uma baixa escolaridade demonstrando-se que a dimensão das famílias dos alunos é importante para compreensão das dinâmicas escolares.

Apesar das classificações dos níveis do Capital Cultural Familiar os desempenhos médios dos alunos foram registrados como abaixo do nível de pontuação considerado satisfatório, portanto este trabalho leva-nos a problematizar acerca de outras dimensões da vida escolar que também estaria influenciando os desempenhos dos alunos das escolas da Região Metropolitana de Natal, a saber, o mediador entre as Famílias dos alunos e o sistema de ensino, ou seja, o Professor. Então fica o questionamento para trabalhos futuros. Qual o nível do Capital Cultural dos Professores da RMNatal e qual o efeito deste nos desempenhos dos alunos?

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas, A Construção Social da Realidade – Petrópolis: Vozes, 6. ed. – 1985.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. – São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. Escritos de Educação. 10.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de, DAVANZO, Áurea Maria Queiroz (org). Situação da educação básica no Brasil. Brasília: MEC/INEP, 1999.

CLEMENTINO, M.L.M, SOUZA, M.A.A. (Orgs.) Como andam Natal e Recife. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. Educação e Sociedade no Brasil. In: BIB. Rio de Janeiro. n. 11. 1º semestre 1981.

DUBAR, Claude. A socialização - construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DURKHEIM, Emile. Educação e sociologia. Lisboa: Ed. 70, 2001.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e educação no Brasil: 1964 – 1983. São Paulo: Cortez, 1993.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. História da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2ª ed. – 2006.

Observatório das Metrôpoles. O mapa social da Região Metropolitana de Natal: inferências na qualidade escolar. Natal, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v.43, n. 3, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 Jun. 2011.

TOMIZAKI, Kimi. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Ago. 2011.

ANEXOS

Anexo 1 – Tabelas referentes ao Capital Cultural Incorporado.

Pais que incentivam os filhos a estudar, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
Sim	7606	93,0
Não	125	1,5
Não declarado	449	5,5
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Pais que incentivam os filhos a ler, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL – 2007

	Frequency	Percent
Sim	7025	85,9
Não	622	7,6
Não declarado	533	6,5
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Pais que incentivam os filhos a ir a escola e não faltar às aulas, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL – 2007

	Frequency	Percent
Sim	7590	92,8
Não	156	1,9
Não declarado	434	5,3
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Anexo 2 – Tabelas referentes ao Capital Cultural Objetivado.

Se há televisão em casa, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
Sim	7920	96,8
Não	90	1,1
Não declarado	170	2,1
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Se há computador em casa, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL – 2007

	Frequency	Percent
Sim, com internet	1285	15,7
Sim, sem internet	629	7,7
Não	6006	73,4
Não declarado	260	3,2
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Se há livros em casa, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
O bastante para encher uma prateleira (1 a 20 livros)	4671	57,1
O bastante para encher uma estante (21 a 100 livros)	1822	22,3
O bastante para encher várias estantes (mais de 100 livros)	649	7,9
Nenhum	682	8,3
Não declarado	356	4,4
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Anexo 3 – Tabelas referentes ao Capital Cultural Institucional.

Série de estudos da mãe, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
Nunca estudou ou não completou a 4ª série	947	11,6
Completou a 4ª série, mas não completou a 8ª série	2041	25,0
Completou a 8ª série, mas não completou o Ensino Médio	1527	18,7
Completou o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade	1730	21,1
Completou a Faculdade	407	5,0
Não sabe	1153	14,1
Não informado	375	4,6
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

A mãe sabe ler e escrever, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL

	Frequency	Percent
Sim	7074	86,5
Não	730	8,9
Não declarado	376	4,6
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Vê a mãe lendo, alunos do 9º ano das escolas públicas da RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
Sim	6273	76,7
Não	1424	17,4
Não declarado	483	5,9
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Série de estudos do pai, alunos do 9º ano das escolas públicas da
RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
Nunca estudou ou não completou a 4ª série	905	11,1
Completou a 4ª série, mas não completou a 8ª série	1554	19,0
Completou a 8ª série, mas não completou o Ensino Médio	1263	15,4
Completou o Ensino Médio, mas não completou a Faculdade	1548	18,9
Completou a Faculdade	404	4,9
Não sabe	2122	25,9
Não informado	384	4,7
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

O pai sabe ler e escrever, alunos do 9º ano das escolas públicas da
RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
Sim	6614	80,9
Não	1142	14,0
Não sei	424	5,2
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.

Vê o pai lendo, alunos do 9º ano das escolas públicas da
RMNATAL - 2007

	Frequency	Percent
Sim	5118	62,6
Não	2530	30,9
Não declarado	532	6,5
Total	8180	100,0

Fonte: Microdados da Prova Brasil 2007.